

A aparência e a realidade

Uma semana depois é como se nada tivesse acontecido. As páginas políticas dos jornais continuam a noticiar mais e mais comícios pela eleição direta e os *presidenciáveis* do PDS cumprem intenso programa de visitas e aliciamento. Sabe-se no entanto que há uma semana as Forças Armadas intervieram no processo da sucessão presidencial, vetando a reforma da Constituição para realização de pleito popular para escolher o substituto do Presidente Figueiredo e determinando ao partido que faz às vezes de partido do governo que se una e escolha um só candidato a Presidente.

O ato de intervenção foi solene e explícito e está sendo comunicado formalmente aos ex-Presidentes que antecederam o atual na linhagem dos Chefes de Governo militar. A missão do Ministro Leitão de Abreu, se tem outras intenções, visou em primeiro lugar a informar aos antigos presidentes a inspiração da decisão do Presidente Figueiredo transmitida ao seu partido e aos aspirantes a candidato.

Para execução da nova doutrina político-militar da sucessão, uma vez que os generais excluem na etapa atual uma interferência direta, faz-se necessário, portanto, que se esgote a campanha da eleição direta e que o Congresso vote a emenda Dante de Oliveira. Se repelida, como prevêm os dirigentes do partido oficial, passa-se a uma nova etapa. Se vitoriosa, cria-se a crise preconizada pelos serviços de segurança que não aceitam que grupos de extrema esquerda ocupem espaços nas praças públicas. Consumar-se-ia assim o retrocesso contra toda a pregação dos últimos anos vinculada à retórica da distensão, da abertura, da transferência do poder aos civis. Essa evidentemente não é uma visão otimista mas infelizmente é a que se deduz da grave decisão de que está incumbido como executor o Presidente Figueiredo.

Mas se atravessarmos esse transe, põe-se o problema da escolha de um só candidato. O Governo não quer permitir que o PDS se pulverize na Convenção e escolha um candidato que não se imponha ao Colégio Eleitoral. Nessa fase, a preliminar será obviamente a negociação ampla, a procura de uma fórmula de conciliação, a exploração da vida da unidade. Já se sabe que os ~~ex-Presidentes não desejam interferir na~~ decisão. Pelo menos o ex-Presidente Médici já fez saber que não discutirá o assunto com o Presidente Figueiredo.

A questão terá de ser posta portanto em outros escalões. Será a hora da negociação com a Oposição ou pelo menos com aquela parte da Oposição que não acompanha o Deputado Ulysses Guimarães no seu repúdio ao Colégio Eleitoral. Será essa, então, a hora dos governadores. Dos governadores de São Paulo e de Minas Gerais, os quais deverão conduzir seu partido, primeiro, para participar do pleito indireto; segundo, para estudar a hipótese de congraçamento que, como se sabe, transita no Governo por intermédio do Ministro Leitão de Abreu.

Homens experientes como o Sr Magalhães Pinto acham possível a composição, desde que superado o episódio que radicalizou a sucessão, que está sendo a seu ver a campanha pela direta. Há evidentemente grandes dificuldades para a solução de consenso. A principal delas é que dois dos candidatos do PDS, por se considerarem vitoriosos, não abrem mão da disputa. O Sr Paulo Maluf em hipótese nenhuma e o Sr Mário Andreazza só por determinação do Presidente Figueiredo, de cujo calor vive nos bastidores sua campanha. Se esse acordo entre o principal partido de oposição e o PDS não se viabilizar, a Oposição poderá disputar com candidato próprio e com alguma perspectiva de êxito ou pode ser feita uma coligação mediante registro de um candidato que receba o apoio do PMDB e da dissidência do PDS.

Há, portanto, um longo caminho a trilhar na busca de um candidato que um ou dois partidos, que tenha respaldo da opinião pública e abra perspectiva de estabilizar a vida do país.

A falta de solução ou uma solução não satisfatória será a crise e os militares, que fizeram sua advertência, terão de examinar entre eles a responsabilidade de bloquear mais uma vez a democratização do país e continuarem a assumir os riscos de enfrentar uma situação interna que constantemente se agrava nos seus aspectos administrativo, econômico, social, político, institucional e moral. A volta das soluções de força não é desejada pela Nação e fora aparentemente afastada pelos próprios militares. A má condução dos assuntos de Estado repõe, no entanto, a perspectiva de um conflito que poderá, a partir de então, assumir a cor de um conflito argentino.

CARLOS CASTELLO BRANCO